

# Herzem quer Nilo Coelho na chapa de Neto

## Prefeito de Conquista lança ex-governador como nome para compor a chapa em 2018

HENRIQUE BRINCO E RAUL MONTEIRO  
REPÓRTERES

O prefeito de Vitória da Conquista, Herzem Gusmão, lançou o ex-governador Nilo Coelho como possível nome para compor a chapa majoritária ao Governo da Bahia nas eleições 2018. Sendo assim, Nilo poderia ser o vice do prefeito de Salvador, ACM Neto - que deve enfrentar o atual governador Rui Costa (PT) no pleito - e fortaleceria a influência política de Vitória da Conquista no cenário estadual. Em entrevista à Tribuna, Gusmão falou da importância do nome de Nilo - que atualmente está filiado ao PSDB, mas que poderia se filiar ao MDB. "No ano passado, cheguei em Salvador e tinha aquela discussão de dois nomes. Lembro que o MDB não estava aceitando dois grandes nomes: José Ronaldo e o ex-ministro Imbassahy. Dizia que eu estava levando três nomes: Nilo Coelho, Arthur Maia e Arthur solicitou que eu também incluísse o nome de Benito. Então, chegamos com cinco grandes nomes e eu entendo que um partido como o MDB não poderia ficar no papel de coadjuvante", disse.

"Eu sou gestor de Conquista e considero que a cidade está um pouco isolada da influência política", disse o gestor, que teceu críticas ao grupo petista. "Resumindo: eu resolvi apresentar o nome do ex-governador Nilo Coelho, não somente para ele ser vice. O nosso candidato é ACM Neto. Aqui em Conquista ele ganha as eleições. Coloquei o nome do governador Nilo para compor a chapa majoritária. Não direionei Nilo para vice de ACM Neto, e sim para a chapa majoritária."

O vereador Tiago Correia (PSDB)

também defendeu a inclusão do ex-governador Nilo Coelho como candidato a vice-governador na chapa das oposições para as eleições deste ano. "Pela sua liderança e experiência como governador e prefeito de Guanambi, Nilo Coelho é o nome ideal para compor com o prefeito ACM Neto a chapa que vai vencer as eleições e acabar com os desmandos administrativos do PT", afirmou o vereador.

O tucano apontou ainda mais duas vantagens que Nilo Coelho agrega às oposições. "Ele, além de conhecer muito bem todos os problemas do Estado, tem a radiografia completa de todas as cidades que compõem a região Sudoeste", disse Correia. O vereador também se colocou à disposição dos partidos de oposição para conversar com o ex-governador. "É claro que tudo precisa passar pelo prefeito ACM Neto, mas tenho certeza absoluta que ele gostaria muito de contar com Nilo Coelho nesta caminhada rumo ao governo da Bahia", concluiu o vereador.

**HERZEM GUSMÃO**  
ressaltou a importância do nome de Nilo Coelho - que atualmente está no PSDB, mas que poderia se filiar ao MDB - para a majoritária.



## Eunício diz que Senado 'não é puxadinho'

KARINE MELO  
AGÊNCIA BRASIL

Um dia depois de ter dito que o Palácio do Planalto não vai ditar a pauta do Congresso, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse ontem (21) que a relação dele com o Executivo e com o Judiciário é harmônica: "A minha relação com os dois outros Poderes da República é de harmonia. Eu defendo a harmonia entre os Poderes. Mas sou muito firme na defesa do Poder que eu presido. Então ninguém vai pensar

que isso aqui é puxadinho de qualquer outro. Assim como jamais eu teria o atrevimento de achar que eu posso interferir nos outros Poderes. Essa é a posição", ressaltou. Eunício acrescentou que não conversou com o presidente Michel Temer e nem com o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, após a repercussão das declarações de anteontem (20) dele e do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, com críticas ao anúncio do governo de que enviaria ao Congresso 15 propostas que deveriam ganhar pri-

oridade na pauta para compensar a desistência de votar a reforma da previdência ainda este ano. Sobre as votações na Casa, ele reafirmou a pauta anunciada no início do ano legislativo, que priorizará matérias ligadas à microeconomia e segurança pública. Nesse sentido, destacou que uma das matérias do pacote de segurança que serão priorizados pela Casa é o projeto de lei complementar (PLC) de autoria da senadora Ana Amélia (PP-RS), que proíbe o contingenciamento de recursos do fundo penitenciário.

## Câmara aprova 56 projetos e 1 veto em 1ª votação do ano

Na primeira votação do ano, a Câmara Municipal de Salvador aprovou, na sessão ordinária de ontem, o Projeto de Lei 517/17, para que seja denominado Antonio Carlos Magalhães o novo Centro de Convenções de Salvador. A proposta, de autoria do vereador Kiki Bispo (PTB), teve 28 votos favoráveis e 5 contrá-

os. As vereadoras Aladiílce Souza (PCDoB), Marta Rodrigues (PT) e os vereadores Hélio Ferreira (PCDoB), Hilton Coelho (PSOL) e Sílvio Humberto (PSB) não referendaram a proposição. O autor do projeto destacou a trajetória e a justiça da homenagem ao ex-senador. "A denominação do novo Centro de Convenções com o nome de Antônio Carlos Magalhães é absolutamente merecida. Ele possui em seu currículo grandes atuações na vida política e sempre se notabilizou pelos empreendimentos voltados para o turismo na nossa Cidade", comemorou Kiki Bispo.

Foram aprovados ao todo 56 projetos não polêmicos e um veto na sessão ordinária. Foram 23 indicações, 23 requerimentos, quatro projetos de lei, quatro moções e duas resoluções. O veto (nº 01/18) do prefeito ACM Neto, aprovado em plenário, foi ao Projeto de Lei nº 499/17, que tinha o objetivo de disciplinar a remoção de veículos abandonados nas vias públicas de Salvador. A proposta tinha sido aprovada em dezembro de 2017.

## Candidatura Temer enfrenta resistência no próprio MDB

VERA ROSA, IGOR GADELHA E  
DAIENE CARDOSO  
AGÊNCIA ESTADO

A possível candidatura do presidente Michel Temer a um segundo mandato enfrenta resistências não apenas em partidos da base aliada do governo, mas no próprio MDB. Defendida nos bastidores por ministros que ocupam gabinetes no Planalto, a estratégia para lançar Temer ganhou os holofotes depois que o governo anunciou a intervenção na segurança pública do Rio. Em reunião da Executiva Nacional do MDB, ontem, o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, fez uma defesa enfática da candidatura de Temer. A portas fechadas, Marun afirmou que o presidente tem "todas as chances" de ganhar. "Eu disse que precisamos nos preparar para isso", disse Marun à reportagem.

O ministro contou ter conversado sobre o assunto com Temer, na segunda-feira. "A posição dele, hoje, é a de não disputar. Agora, quando os adversários se preocupam com isso, significa que estamos no ca-

minho certo." Reconduzido à presidência do MDB por mais um ano, o senador Romero Jucá (RR) ouviu a defesa feita por Marun, mas não seguiu na mesma toada. Disse que o partido trabalha para ter candidato próprio à Presidência, mas citou outros nomes além de Temer, incluindo o do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. Sem espaço no PSD, Meirelles negocia a filiação ao MDB. "Nós estamos discutindo qual é o nome mais viável, mais factível, que possa ganhar as eleições", disse Jucá, líder do governo no Senado. Em conversas reservadas, porém, dirigentes do MDB sustentam que Temer somente será candidato se, em abril, chegar a dois dígitos de aprovação. Dono de altos índices de impopularidade, o presidente aposta em uma agenda mais social para melhorar sua imagem. Para o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Temer usou a intervenção na segurança para se cacifar na disputa. Temer escalou o porta-voz Alexandre Parola para rebater rumores sobre sua eventual candidatura a reeleição.



Foto: Antonio Queiroz

**AO TODO**, 56 projetos e um veto foram referendados, na primeira votação do Legislativo em 2018, comandada pelo presidente Léo Prates

## PONTO DE VISTA

### Uma intervenção necessária

A intervenção federal na área de segurança do estado do Rio de Janeiro é medida que se tornou absolutamente indispensável, apesar das dúvidas legítimas que levanta sobre a qualidade e duração dos seus efeitos. Da evidência da oportunidade da intervenção diz, mais que tudo, o pedido do lamentável Governador do Estado do Rio ao confessar que perdera inteiramente a luta contra os narcotraficantes, cuja desenvoltura cresceu a ponto de levá-los a ameaçar espaços ocupados pela Marinha Brasileira, sem falar no assassinato de civis e de policiais militares, esses em números que superam a soma dos seus colegas mortos na Europa, Estados Unidos, Canadá, Japão, Austrália e Nova Zelândia, países que totalizam mais de um bilhão de habitantes! Ser policial no Rio é setenta vezes mais perigoso do que em qualquer desses países! O nível caótico a que

chegou a criminalidade violenta no Brasil, e não somente no Rio, tornou acadêmica e irrelevante a distinção entre Segurança Pública, a cargo das polícias estaduais, e Segurança Nacional, de responsabilidade das Forças Armadas. O alastramento da violência impune em toda parte, largamente subsidiada pelo nosso leniente sistema penal, de inspiração populista, transformou a insegurança pública em nosso calcanhar de Aquiles, a ponto de ser confundida com a própria insegurança nacional, sobretudo diante da ausência de inimigos externos a temer, no horizonte visual da percepção contemporânea, tornando os projetos secretos de guerra contra cada um de nossos vizinhos peças bibliográficas destinadas a enriquecer museus dedicados à história do belicismo e das armas.

Tendo em vista o inferno em que a insegurança transformou o Rio, em razão do

desafio ostensivo ao poder oficial, com metástase em todo o Brasil, a função essencial das Forças Armadas passou a ser a de restaurar a segurança perdida, desde que autorizadas a atuar em padrão compatível com o Estado de Guerra Civil em que nos encontramos, razão pela qual não cabe a menor contemporização com a banditagem explícita que navega desenvolvida dentro do espírito do politicamente correto que levou ao fracasso as UPPs, por agirem de acordo com um modelo pacificador digno de Madre Tereza de Calcutá ou de Irmã Dulce. A banditagem, uma vez identificados os seus integrantes, torna-se um alvo a ser implacavelmente eliminado, como em qualquer conflito armado. Eventuais delitos atribuídos aos militantes envolvidos na Operação deverão ser julgados por um Tribunal Militar, e não pelos tribunais civis que seguem uma legislação escandinava. Se assim for,

como se espera, dentro de noventa dias, a redução da criminalidade cairá a menos da metade da que hoje existe. Quem viver verá.

Por mais eficaz, no entanto, que venha a ser a Intervenção, no plano da redução da criminalidade, a eficácia de seus resultados dependerá, diretamente, do conjunto das providências sistêmicas que vierem a ser implementadas com inteligência e coragem, nos diferentes domínios que compõem a base de uma estrutura física e social desestimuladora do crime e da conivência dos seus beneficiários, muitos deles encastelados na estrutura da máquina pública, Legislativo, Executivo e Judiciário. Um dos primeiros e fundamentais pontos a serem operados é a tolerância zero com o bom-mocismo dos governos petistas ao fechar os olhos para o Brasil servir de passagem da cocaína produzida na Bolívia e na Colômbia das FARCS e destinada aos mercados do Primeiro Mundo, "corrompidos" pela prática do "capitalismo Selvagem", consoan-

te as diretrizes bolivarianas.

Não é verdade que a pobreza ou a desigualdade sejam fontes inelutáveis da violência, como já tem sido demonstrado à saciedade, em exaustivos estudos produzidos por scholars de peso mundo afora, mas ignorados por "cientistas políticos" de visão curta, patulhados pela esclerosada esquerda. A Índia pobre delinque menos do que os ricos Estados Unidos. O rico Canadá é muito mais pacífico do que o seu igualmente rico vizinho Tio Sam. A principal causa da criminalidade brasileira reside na péssima distribuição da educação no Brasil, agravada pela demanda derivada da esquerda de botequim que equaliza os crimes contra a propriedade a uma prática distribuidora de renda, razão pela qual é assegurada a impunidade dos seus autores pelo direito de se defenderem em liberdade, prática que assegura a prescrição da maioria esmagadora das penas, conduzindo ao entendimento por parcela ponderável da população brasileira de que aqui o crime compensa.

A oposição incompetente que aposta no quanto pior melhor está desacomodada com o decidido apoio da sociedade brasileira ao Projeto de Intervenção, largamente respaldado por sólida maioria parlamentar, como se viu da votação nas duas casas do Congresso, inclusive por políticos da oposição, como o deputado Miro Teixeira, que sabem distinguir entre os interesses do Governo e os da sociedade.

Os que fazem oposição ao Brasil, uma minoria inexpressiva, apurada na votação do Congresso, não querem que no bojo do êxito da Intervenção o Presidente Temer ganhe popularidade suficiente para tornar-se um ator importante nas eleições de outubro próximo. Mandam às favas os interesses nacionais. Acima de tudo, para eles, está o projeto de poder.

Empresário e escritor, é membro da Academia de Letras da Bahia e-mail: joacigoes@uol.com.br

